

MINUTA DE TERMO DE CONSENTIMENTO PARA TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Versão XX - Elaboração e publicação: xx/20xx

Eu, _____, portador(a) do CPF nº _____, doravante **TITULAR**, autorizo, de maneira livre, informada, inequívoca e expressa, o tratamento de meus dados pessoais e meus dados pessoais sensíveis, pelo(a) (órgão ou entidade municipal), doravante denominado(a) **CONTROLADOR(A)**, para as finalidades determinadas e descritas no presente **TERMO DE CONSENTIMENTO**, com base nos artigos 7º e 11º da Lei nº 13.709/18 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e alterações posteriores.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DADOS PESSOAIS TRATADOS - Por meio deste Termo autoriza-se o tratamento dos seguintes dados pessoais:

OBS: *Seguem, como exemplo, os seguintes dados pessoais que podem potencialmente ser tratados pelo controlador.*

- a) Nome completo;
- b) Nome social;
- c) Data de nascimento;
- d) Sexo;
- e) Filiação;
- f) Nacionalidade;
- g) Naturalidade;
- h) Número de inscrição no CPF;
- i) Situação cadastral no CPF;
- j) Estado civil;
- k) Endereço de e-mail;
- l) Endereço;
- m) Número de telefone;
- n) RG;
- o) Dados do dispositivo do usuário (modelo de hardware, sistema operacional);
- p) Localização do usuário;
- q) Registro de acesso;
- r) Foto do usuário;
- s) Dados pessoais sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico;
- t) Dados pessoais de crianças e de adolescentes.

OBS: Havendo tratamento de dados pessoais sensíveis que utilizem o consentimento como base legal, recomenda-se avaliar o acréscimo do seguinte parágrafo:

Parágrafo Único – Autorizo, com base no inciso I do art. 11 da LGPD, que o(a) **CONTROLADOR(A)** realize o tratamento do(s) dado(s) pessoal(is) elencado(s) na alínea “s” da Cláusula Primeira deste Termo, conforme as seguintes condições e finalidades específicas:

Exemplo:

- a) dados sobre origem racial: aperfeiçoamento de políticas públicas de reserva de vagas, com base na Lei Nº 5.401 de 14 de maio de 2012. ...

OBS: Havendo tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes que utilizem o consentimento como base legal, recomenda-se avaliar do acréscimo o seguinte parágrafo:

Parágrafo Único – Como representante legal da criança xxxxxxxxxxxxxxxx, autorizo, com base no art. 14 da LGPD, que o(a) **CONTROLADOR(A)** realize o tratamento do(s) dado(s) pessoal(is) elencado(s) na alínea “xxxx” da Cláusula Primeira deste Termo, desde que o faça no melhor interesse da criança e do adolescente, e, conforme as seguintes condições e finalidades específicas:

Exemplo:

- a) Nome completo da criança: aperfeiçoamento de políticas públicas de educação infantil, colaborando com a União, Estados e Municípios visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto do Plano Nacional de Educação – PNE, aprovado pela Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014.

CLÁUSULA SEGUNDA – FINALIDADE DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS: O **TITULAR** autoriza, expressamente, que o (a) **CONTROLADOR(A)** utilize os dados pessoais elencados na **CLÁUSULA PRIMEIRA** deste Termo para as seguintes finalidades:

Exemplos:

- a) Nome completo – identificação do usuário
- b) Endereço de *e-mail* – identificação do usuário e validação de acesso e envio de mensagens

Outros exemplos:

c) O dado pessoal aaa é necessário à garantia da prevenção à fraude e à segurança do titular;

d) O dado pessoal xxx é necessário para identificação do usuário dentro do serviço;

e) O dado pessoal yyy é necessário para manter o usuário logado;

F) O dado pessoal zzz é necessário para melhorar e personalizar a experiência do usuário.

g) O dado pessoal yyy é necessário Para cumprimento, pela CONTROLADORA, de obrigações impostas por órgãos de fiscalização;

H) Os dados pessoais tratados pelo(a) **CONTROLADOR(A)** poderão ser inseridos em processos físicos ou processos virtuais, neste último caso inseridos no Processo.rio, para fins de tramitação de expediente administrativo, em cumprimento aos princípios do devido processo legal e da legalidade administrativa, além das obrigações legais constantes da Constituição Federal, da Lei Federal 9.784/99 e do Decreto Municipal 2.477/80, sendo o tratamento de dados pessoais inseridos nos processos administrativos realizados de acordo com a base legal constante do art. 7º, II, da LGPD.

CLÁUSULA TERCEIRA - COMPARTILHAMENTO DE DADOS: Por este instrumento a **CONTROLADORA** fica autorizada a compartilhar os dados pessoais xxxx do TITULAR com órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, tendo como finalidade específica, xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.

Parágrafo único - No compartilhamento de dados, serão assegurados os princípios da boa-fé, finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparência, segurança, prevenção, não discriminação e responsabilização e prestação de contas.

OBS: O(s) órgãos / A(s) entidades deverão avaliar a permanência desta cláusula, caso a caso. Na hipótese de haver Controladoria Conjunta, recomenda-se a permanência da Cláusula.

CLÁUSULA QUARTA - RESPONSABILIDADE PELA SEGURANÇA DOS DADOS: A **CONTROLADORA** se responsabiliza por manter medidas de segurança técnicas e administrativas, com base na Política de Segurança da Informação da Prefeitura, constante da Deliberação nº 001 de 28 de Março de 2018 do Comitê de Governança da Tecnologia da Informação e da Comunicação – CGTIC-Rio visando à proteção do usuário, lhe comunicando a ocorrência de qualquer incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante, conforme dispõe o artigo 48 da Lei 13.709/2018.

CLÁUSULA QUINTA – TEMPO DE PERMANÊNCIA DOS DADOS RECOLHIDOS: O **TITULAR** fica ciente de que a **CONTROLADORA** deverá permanecer com os seus dados pelo período de duração relação com a Administração Pública Municipal, e pelo prazo prescricional.

CLÁUSULA SEXTA - TÉRMINO DO TRATAMENTO DOS DADOS: Fica permitido à **CONTROLADORA** manter e utilizar os dados pessoais do **TITULAR**, para as finalidades relacionadas neste termo e, ainda, após o término da relação com a Administração Pública Municipal, para cumprimento da obrigação legal ou impostas por órgãos de fiscalização, nos termos do artigo 16 da Lei Nº 13.709/2018.

CLÁUSULA SÉTIMA - DIREITO DE REVOGAÇÃO DO CONSENTIMENTO: O **TITULAR** poderá revogar seu consentimento a qualquer tempo por carta eletrônica ou escrita dirigida ao encarregado de dados do (da) **CONTROLADOR(A)**, conforme o parágrafo 5º do artigo 8º combinado com o inciso VI do caput do artigo 18 e com o artigo 16 da Lei 13.709/2018.

CLÁUSULA OITAVA – DO ENCARREGADO – O (A) **CONTROLADOR(A)** indica como encarregado, o(a) Sr(a) xxxxxxxx, com endereço eletrônico xxxxx@xxxx, para prestar quaisquer esclarecimentos relativos ao tratamento de dados pessoais do **TITULAR**.

CLÁUSULA NOVA - FORO - Fica eleito o Foro Central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

Rio de Janeiro, de _____ de _____.

TITULAR